

Desde que assumimos a Revista Brasileira de Cirurgia Plástica (RBCP), temos continuamente conclamando a participação científica mais ativa dos Serviços Credenciados dentro das Regulamentações em vigor e atualizadas em julho de 1997. O seu artigo 2º, dentro das várias determinações, é claro: “Estimular a capacidade de crítica da atividade médica, considerando-a em seus aspectos científicos, éticos e sociais”.

Os 84 Serviços Credenciados da SBCP, sem precisão estatística, podem empiricamente ser distribuídos em três níveis de atuação, pela sua atividade científica produtiva, pela rotina cirúrgico-ambulatorial que oferece aos seus residentes e pela sua representação no cenário da cirurgia plástica nacional e internacional. Em ordem decrescente, não mais que 10 pertencem ao grupo A, no grupo B estimamos outros 10, enquanto os demais 64 estão no grupo C, salvo melhor juízo.

As Regulamentações dos Serviços Credenciados foram primorosamente elaboradas, passaram e ainda passarão por várias alterações no sentido de acompanharem as evoluções da especialidade em todos os aspectos. O estado atual tem sido um desafio a ser cumprido, mesmo para os Serviços credenciados do nível A, dada a extensão dos quesitos, os quais, em absoluto, não podem ser cumpridos pelos grupos B e C. Lembra muito o que ocorre em todos os escalões nas outras áreas do nosso País. O não cumprimento das determinações é tão notório, a ponto de se questionar para que servem?

Sente-se a necessidade de revisões para determinar novas diretrizes ou se fazer as necessárias cobranças que sempre deveriam ter sido feitas.

Os enfoques dos nossos editoriais e os esforços dos Editores e dos Revisores, continuamente direcionados à produção e publicação científica, têm obtido respostas ainda muito, mas muito aquém do mínimo necessário para atingir os níveis e metas para posicionar a cirurgia plástica brasileira no nível que necessita, diante do seu potencial ainda latente. Sem dúvida, ocorreram significativas melhoras, porém ainda abaixo do mínimo necessário, mesmo após as determinações aprovadas pelo Conselho Deliberativo, porém ainda não aplicadas devidamente.

Temos falado e registrado que: “quem perde as batalhas são os generais e não os soldados” e, ainda “o que se fala o vento leva e o se que escreve, fica”.

As Regulamentações são claras e determinadas quanto à parte científica. Todos gostam de demonstrar os seus melhores resultados nas Jornadas e Congressos, mas raríssimas vezes, ou mesmo quase nunca, suas complicações e soluções. Há anos iniciamos e estimulamos sessões sobre Casos Problemas, que foram integradas em inúmeros eventos, porém retiradas do cenário científico também há algum tempo.

A falta de orientação continuada de como escrever e publicar para os residentes tem caráter atávico. Na realidade, ocorre quando ainda são acadêmicos, pela omissão dos preceptores. É um detalhe esquecido que necessita ser revisto com urgência, para quebrar a cadeia anticultural, a maneira do efeito dominó.

Finalmente, as preces e as contínuas cobranças estão em vias de serem cumpridas. Uma nova linha de trabalho foi armada com início imediato após a fiscalização do nosso congresso anual de Porto Alegre.

**Ricardo Baroudi**  
Editor